FIOCRUZ

súmula 42

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – MANGUINHOS

ANO VIII • JUNHO • 1991

CYTOTEC PÕE EM RISCO MÃE E FETO

Vem crescendo nas farmácias de todo o País a venda sem receita do remédio Cytotec, com o objetivo de provocar abortos. Liberado para a comercialização apenas com receita médica, como auxiliar no tratamento de úlceras, o medicamento ingerido em excesso causa relaxamento do colo e contração uterina prolongada e intensa e, em conseqüência, induz o aborto. As informações sobre o efeito abortivo do medicamento são apresentadas com grande e incomum destaque, logo na folha de rosto da bula, que só menciona as indicações terapêuticas do produto em sua terceira página.

Em Vitória (ES), apesar da tarja vermelha, o medicamento cuja substância ativa é o Misoprostol (um análogo da Prostaglandina, hormônio que protege a mucosa gastro intestinal) tem sido comprado livremente nas farmácias. Sua procura é tão grande que está provocando a triplicação do preço tabelado da caixa com sete envelopes de quatro comprimidos.

Segundo o ex-Secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, diariamente chegam mulheres ao Hospital das Clínicas, em processo de aborto, que contam ter usado o medicamento. Em São Paulo, há notícias também da sua indicação por ginecologistas para a expulsão de fetos mortos.

Em Campo Grande (MS), só no mês de março, dez mulheres deram entrada na Maternidade Cândido Mariano, naquela capital, apresentando os sintomas e efeitos colaterais do uso do remédio com fins abortivos, denuncia o médico Leônidas Carvalho da Silva, da Secretaria Municipal de Saúde. "Indicar ou vender o remédio com este fim é um crime", adverte, "pois administrado em altas dosagens, ele altera todo o organismo da gestante e pode provocar a sua morte ou deixar seqüelas no cérebro."

O delegado de homicídios e seqüestros da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, Alberto Ramirez, abriu inquérito para apurar a denúncia do ginecologista Otacílio dos Santos Cardoso, da maternidade Maria José Frota, de que três farmácias de Manaus teriam vendido comprimidos de Cytotec para cinco pacientes suas provocarem aborto.

Diante da repercussão que vem tendo o uso indevido do remédio fabricado pelo Biolab, o diretor superintendente do laboratório, informou que a empresa vai pedir o enquadramento do Cytotec na Portaria 27 do Ministério da Saúde, que exige a retenção de uma das vias da prescrição médica nas farmácias.

Maior desafio é discutir o aborto

A recém-criada Sociedade Brasileira de Vigilância em Medicamentos (Sobravime) está reunindo todo o material sobre o uso inadequado do Cytotec no País e enviará suas conclusões ao Ministério da Saúde, até o final de junho, solicitando imediatas providências, que podem ir de um maior rigor no controle de sua venda até a proibição total de sua comercialização. A informação é do presidente da entidade, Elisaldo Carlini, que solicitou parecer e informações adicionais à Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, à Sociedade Brasileira de Gastroenterologia e ao Laboratório Biolab.

O Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, que vem denunciando o uso indevido do Cytotec desde 1988, está enviando mensagem ao Ministério da Saúde propondo a proibição da comercialização do medicamento no País.

CYTOTEC

Na opinião da farmacóloga carioca Helena Lutescia, coordenadora do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos – entidade ligada à organização não-governamental Ação Internacional pela Saúde (AIS), que atua em 50 países – "o mais grave é que a utilização de um medicamento com potencial abortivo tão considerável (cerca de 65% dos casos) sem indicação e orientação médica e sem o acompanhamento de suas conseqüências, está vulgarizando a prática do aborto, em substituição aos métodos anticoncepcionais".

Segundo ela, esta prática traz riscos de saúde e vida para as mulheres e "muito provavelmente", de má-formações congênitas para os fetos que sobrevivem (cerca de 35%)". Atualmente, cinco casos de crianças com má-formação geradas por mães que fizeram uso do Cytotec estão sendo estudados em Fortaleza, sob o acompanhamento do professor Walter Fonseca, da Universidade Federal de Pelotas.

Para Helena Lutescia, a discussão a ser encarada de frente por toda a sociedade brasileira é a da legalização do aborto. "Se a decisão for pela legalização, serão procurados medicamentos que apresentem maior eficácia, sem um índice tão significativo de abortos incompletos", diz ela. "Se não, também não há porque manter no mercado um medicamento para úlcera, havendo outros de igual eficácia, sem apresentarem efeitos colaterais tão graves", concluiu.

PESQUISA I

PROJETO AUTORIZA INCENTIVOS FISCAIS

Implementando na área de ciência e tecnologia a nova política industrial do Governo, o Presidente Fernando Collor enviou projeto de Lei ao Congresso Nacional que autoriza incentivos fiscais às empresas que investirem em pesquisa. O objetivo é aumentar os recursos do setor, estimulando, ao mesmo tempo, a participação da iniciativa privada no processo de modernização do País. O projeto prevê que as empresas poderão abater até 3% do Imposto de Renda devido.

43ª REUNIÃO DA SBPC

REFORÇO AO CUNHO CIENTÍFICO

A 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realizará de 14 a 19 de julho, no Rio de Janeiro, vai se caracterizar por uma programação científica de alta qualidade, segundo afirmou o presidente da entidade, Ênio Candotti, adiantando que em vez dos tradicionais simpósios, conferências e cursos, os destaques serão os grupos de trabalho: encontros extremamente técnicos, destinados a reunir por temas, os expoentes da pesquisa. A reunião terá, ainda, a função de definir propostas dos cientistas brasileiros para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92).

– Da fundação da SBPC, em 1949, até 1968, o caráter científico dominou as reuniões anuais da entidade. Nos anos 70, com o regime militar, a ênfase era política. A SBPC passou a ser um dos poucos canais de contestação. Mas com o retorno à democracia e o crescimento das atividades das sociedades científicas especializadas, foi preciso mudar a orientação – disse Candotti.

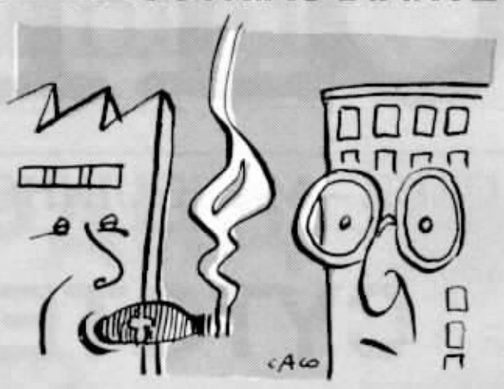
ENTREVISTA

Carlos Vogt

UNIVERSIDADES E INDÚSTRIAS DIANTE DE UM DESAFIO

Na opinião do reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Carlos Vogt, todo o debate que hoje se trava sobre a participação da iniciativa privada em financiamentos de projetos de pesquisa ocorre num clima de forte expectativa de retomada de crescimento por parte dos empresários e das universidades, e do intenso desejo de contribuir para o esforço de atualização tecnológica da indústria, indispensável nos próximos anos.

Esta participação, aliás, não é novidade para a Unicamp, que criou recente-



mente seu Escritório de Transferência de Tecnologia, realizou encontro com empresários para discutir o assunto e já exercita, na prática, algumas experiências conjuntas de pesquisas com indústrias.

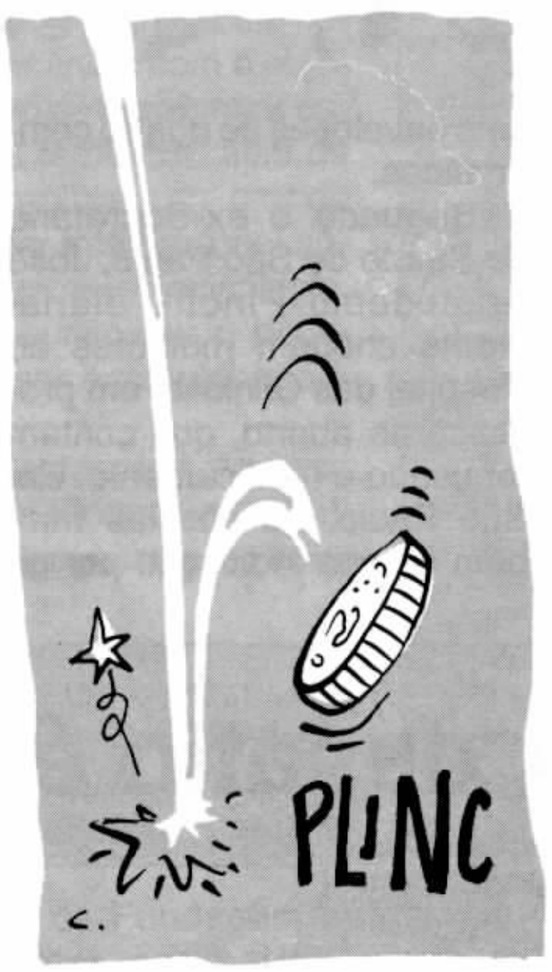
– Parece evidente que, convertida a tecnologia em "fator crítico" do desenvolvimento para o próximo século, indústrias e universidades não têm outra escolha senão vencer suas limitações para vencer esta batalha. Revoluções tecnológicas foram feitas a partir do nada, não raro, e não se deve duvidar de que elas sejam possíveis também aqui. O leque de possibilidades é proporcional à dimensão da economia brasileira e ao potencial de seus centros de pesquisa. E sabe-se que, em muitos aspectos, elas são notavelmente favoráveis – acentua Carlos Vogt.

PESQUISA II

INVESTIMENTOS DESPENCAM

Em 1945, os investimentos governamentais destinados às universidades e institutos de pesquisa eram de US$ 40 per capita. Nos últimos anos, os recursos da principal fonte de financiamento para estes projetos, o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), caíram vertiginosamente e hoje estão em US$ 10 per capita.

– No ano passado ficou perto de zero. Com esta redução, o País corre o risco de se distanciar cada vez mais de países tecnologicamente desenvolvidos, como os Estados Unidos, que atualmente investem cerca de US$ 400 per capita em pesquisas, afirma o



Presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e professor de física molecular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Oscar Sala.

ENSINO

USP CONTRATA ESTRANGEIROS

Os docentes estrangeiros não têm mais que se naturalizar para permanecer na Universidade de São Paulo (USP), com os mesmos direitos dos brasileiros. Tal exigência foi abolida pelo Conselho Universitário da USP (órgão de maior poder deliberativo daquela Universidade) numa decisão que o reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho classifica como histórica.

Para o pró-reitor de pesquisa da USP, Erney Plessmman de Camargo, a medida tem característica "profilática, uma vez que a lei que instituiu o Regime Jurídico, proibindo a atuação de professores estrangeiros, só atinge as universidades federais". Por seu lado, o diretor da Faculdade de Direito da universidade paulista, Antônio Junqueira de Azevedo (responsável por um texto que demonstra a legalidade da decisão do Conselho Universitário) argumenta que "tal proibição entra em choque com o Artigo 207 da Constituição, no qual é garantida a autonomia das universidades".

radis
REUNIÃO ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
súmula

SÚMULA é um órgão oficial da Fundação Oswaldo Cruz editado pelo Programa RADIS – Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).
Presidente da Flocruz: Hermann Schatzmayr; **Diretor da Ensp**: Paulo Marchiori Buss; **Coordenadora do RADIS**: Tânia Nunes (interina); **Edição**: Álvaro Nascimento; **Redação**: Álvaro Nascimento, Rogério Lannes e Jane Paiva; **Ilustração**: Carlos Xavier (Caco); **Administração**: Jandira Vilhena; **Aux. Administrativos**: Marisa Aguiar e Marcos Antônio Aguiar; **Banco de Notícias**: Thereza Velloso; **Banco de Dados**: Luiz Cláudio Carvalho.
Tiragem: 40 mil exemplares; **Periodicidade**: Mensal; **Distribuição**: Direta, via correios. **Assinatura**: Grátis, em conjunto com TEMA, DADOS e PROPOSTA – Jornal da Reforma Sanitária.
PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036 – salas 509/510/511/513/515 – CEP. 21.040 – Manguinhos – Rio de Janeiro (RJ) – Tel. (021) 260-7979 e 590-9122 Ramais 286/288 e 297.
SÚMULA é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais **O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, além das revistas Veja, Isto É/Senhor e Ciência Hoje**, cujas matérias são coletadas pela **Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz**.

MENINOS DE RUA

AOS SEMI-CIDADÃOS, AS MARQUISES

A rua é o lar, a escola e o meio de sobrevivência de cerca de 11 milhões de meninos e meninas brasileiros. São crianças e adolescentes condenados à uma semi-cidadania e vítimas em números crescentes da crise econômica e do processo de urbanização.

A denúncia é do professor Mário Volpi, coordenador nacional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que estima a existência de 30 milhões de crianças e adolescentes carentes no País.

Apesar de a Constitutição assegurar às crianças e adolescentes proteção como dever do Estado, o coordenador nacional do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua considera que o governo trata a questão com uma "visão de marketing, mais preocupado com a imagem do que com a solução do problema".

Volpi reivindica a execução de estudos estatísticos mais sérios para dimensionar melhor e embasar soluções para a situação dessa legião de crianças, em sua maioria, nascidas nas periferias das cidades em famílias onde a renda mensal, além de irregular, situa-se abaixo de meio salário mínimo. Para ajudar no sustento da casa, elas são lançadas nas ruas centrais e viram engraxates, vendedores de balas, vigias de automóveis ou meros pedintes.

Nas ruas, segundo Volpi, essas crianças são exploradas por adultos, e não raro começam a dormir sob marquises, por medo de castigo ao chegar em casa com os bolsos vazios ou simplesmente porque ali encontram mais atrativos do que na miséria de suas casas.

ASSISTÊNCIA

CASOS AMBULATORIAIS LOTAM EMERGÊNCIAS

Aumenta a cada dia o número de pacientes que procuram os serviços de emergência hospitalar, sobrecarregando do suas atividades, embora apresentem sintomas que requerem tratamento ambulatorial. O objetivo principal destas pessoas é obter atendimento e exames imediatos, já que nos ambulatórios os mesmos serviços dependem de marcação prévia. No Hospital Municipal Miguel Couto, no Rio de Janeiro, por exemplo, de cada dez doentes atendidos diariamente, apenas quatro apresentam quadro real de emergência, segundo afirmam os próprios médicos. A unidade atende 600 pessoas por dia, das quais 95% buscam o hospital por conta própria e somente 5% são encaminhadas por outros centros de saúde.

PNEUMONIA

BEBÊ POBRE MAIS EXPOSTO QUE O RICO

As crianças brasileiras pobres estão dez vezes mais sujeitas às doenças respiratórias graves que as dos países ricos. A constatação é de uma pesquisa feita pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, no Morro Santa Marta e na Cruzada São Sebastião – duas comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. O estudo mostra ainda que os bebês que não são amamentados nos primeiros quatro meses de vida, os desnutridos e os que vivem em casas aglomeradas correm maior risco de contrair essas infecções. Os 12 milhões de crianças e adolescentes brasileiros que vivem em miséria absoluta têm 27% a mais de chance de ter bronquite e pneumonia.

ENTREVISTA

Paulo Pinheiro

CAUSA ESTÁ NO SUCATEAMENTO DO SISTEMA

A distorção do atendimento de emergência pela sobrecarga deste serviço com casos de ambulatórios é conseqüência direta da desestruturação do sistema de saúde e da inexistência de uma política que privilegie a medicina preventiva. Esta é a opinião do diretor do Hospital Municipal Miguel Couto, Paulo Pinheiro, segundo o qual, apesar de todas as dificuldades que enfrentam, "as emergências funcionam 24 horas, garantem atendimento e exames no mesmo dia e fornecem medicamentos, resolvendo o quadro de mal estar que afeta o paciente. Os ambulatórios dos postos de atendimento, entretanto, não funcionam em tempo integral e, após um período de espera, as consultas, na maioria das vezes, só são marcadas para outro dia".

– Embora a maior causa **mortis** do Estado do Rio de Janeiro seja as doenças do aparelho circulatório (problemas coronarianos e cérebros-vasculares, principalmente), um paciente com dor de cabeça e pressão alta, por exemplo, quando chega ao centro de saúde é encaminhado ao Programa de Hipertensão Arterial. Neste, em razão de suas dificuldades (número insuficiente de médicos, entre outras), a consulta é marcada, na maioria das vezes, para 15 dias depois. Em busca de uma resolutividade imediata e para fugir da burocracia e demora, o paciente corre para a emergência, onde enfrenta fila, mas tem resolvido pelo menos seu quadro de mal estar, mesmo que a origem do problema não seja solucionada – acentua o diretor do Miguel Couto.

Para ele, somente a efetiva implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), com reestruturação do sistema sob nova ótica e a hierarquização do atendimento poderá reverter esta situação.

DESNUTRIÇÃO

RIO SE APROXIMA DO NORDESTE

A desnutrição que está gerando uma população de baixa estatura no Nordeste, também afeta as crianças do Grande Rio. Após pesquisar 16.652 estudantes de seis a 18 anos em 51 escolas, entre 1985 e 1986, a pediatra Evelyn Eisenstein concluiu, em tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que a ocorrência de desnutrição entre os escolares era três vezes maior que os padrões admitidos pela Organização Mundial de Saúde e que 34% deles estavam até seis centímetros abaixo de padrões de crescimento da OMS. "A desnutrição no Brasil não está restrita à faixa de zero a quatro anos. Com campanhas de alimentação episódicas e de poucos resultados, o problema se estende às crianças maiores e adolescentes", observa Evelyn.

AIDS I

EM RITMO ACELERADO

Enquanto nos Estados Unidos, segundo dados do Centro de Controle de Doenças (CCD), a incidência de AIDS contraída pelas mulheres através de relações sexuais aumentou apenas 4% entre 1988 e 1990, no Brasil, segundo o Ministério da Saúde, este índice chegou a 10%. As mesmas fontes registraram, no mesmo período, um número constante de 2% de homens americanos infectados em relações heterossexuais, enquanto a taxa entre os brasileiros subiu de 9% para 13%.

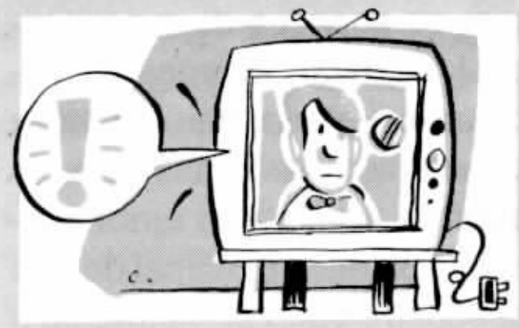
ENTREVISTA

Álvaro Matida

FALTAM INFORMAÇÃO E POLÍTICA PREVENTIVA

– Só uma ação conjunta dos setores de educação, de saúde materno-infantil, do empresariado e das entidades – governamentais ou não – ligadas à questão da AIDS, pode restringir os atuais índices de propagação da doença.

A opinião é do Coordenador do Programa de AIDS da Secretaria de Saúde e Higiene do Estado do Rio de Janeiro, Álvaro Matida. Ele considera que faltam estudos que possam explicar o aumento da soropositividade entre as mulheres e da transmissão através de relações declaradas heterossexuais. "Tudo o que sabemos é que o uso da camisinha não é uma prática comum e que cresceu a infecção pelo consumo de drogas injetáveis", diz. "Os estudos disponíveis se referem aos processos de transmissão de cinco anos atrás."



Mas a principal mudança no perfil da população contaminada, em sua opinião, é a atual predominância da soropositividade entre setores mais pobres, em decorrência não só da depauperização generalizada de quase 90% da população, como da falta de acesso à informação e aos meios de prevenção. "Afinal, quem pode pagar Cr$ 600,00 por uma caixa com três camisinhas?", indaga.

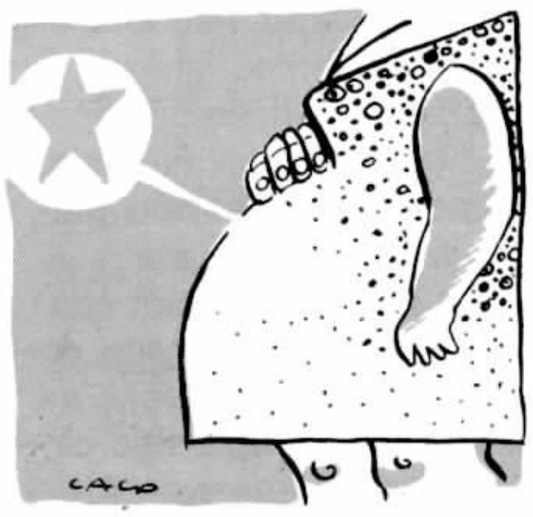
AIDS II

GRUPOS FEMINISTAS ENTRAM NA BRIGA

Grupos feministas ou de apoio a aidéticos e serviços de saúde materno-infantis querem enfrentar o aumento da incidência de AIDS entre mulheres e crianças brasileiras – a maioria, pobres. A falta de informação e a discriminação são as maiores preocupações das entidades, segundo a coordenadora da comissão de saúde do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), Maria Tavares dos Santos, que está distribuindo folhetos às mulheres explicando, entre outros pontos, que elas podem transmitir o vírus mesmo estando saudáveis. "A maioria das pessoas acha que a AIDS é ameaça remota para as mulheres e, mesmo quando ocorrem doenças típicas de AIDS, o diagnóstico tende a ser tardio", adverte Carmem Guimarães, pesquisadora da UFRJ.

AIDS III

MAL ATACA 8 EM CADA MIL GESTANTES



Pesquisa feita pelo Hospital da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelou que oito em cada mil gestantes de 13 maternidades do Rio estão infectadas pelo vírus da AIDS. Como no Rio são feitos 100 mil partos anualmente, 800 mulheres dão a luz a crianças contaminadas. Isso significa que 300 crianças por ano podem estar nascendo infectadas, embora a Secretaria Estadual de Saúde só tenha registrado 11 casos de bebês infectados em pesquisa feita com três mil gestantes.

Segundo o coordenador do Programa de Aids do hospital, Mauro Scherter, a pesquisa permite concluir também que uma em cada 100 mulheres cariocas é portadora do vírus.

POLÍTICA INDUSTRIAL

GOVERNO RECONHECE PATENTE ESTRANGEIRA

O Presidente Fernando Collor encaminhou ao Congresso Nacional no, dia 2 de maio, o Projeto de Lei do novo Código de Propriedade Industrial, que muda a política adotada pelo País nos últimos 30 anos. Se aprovado, as indústrias farmacêuticas nacionais terão de pagar royalties às multinacionais na fabricação de medicamentos.

Ao contrário do projeto apresentado pelo Deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) ao Congresso, em maio, que previa o reconhecimento das patentes dentro de 10 anos – e que despertou forte reação contrária de indústrias multinacionais e do governo americano –, a proposta do governo prevê que o reconhecimento se dê dentro de 18 meses, prazo estimado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para analisar os processos. "Queremos a mudança desta política ainda neste governo", explicou o Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, ao anunciar o Projeto de Lei.

BANCO DE NOTÍCIAS

ALGUNS PONTOS DO NOVO CÓDIGO

- As patentes de invenção, passam a ter validade de 20 anos – hoje o prazo é de 15 anos – e as patentes de modelo de utilidade (inovações em produtos já existentes), que hoje vigoram por 10 anos, passam a valer por 15 anos.
- Termina a caducidade de patente, um processo que hoje permite que qualquer interessado possa pedir ao INPI que uma invenção não-industrializada ou comercializada após três anos de registro caduque e se torne de domínio público.
- Não serão consideradas invenção nem modelo de utilidade as descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos; as obras científicas; técnica operatória ou cirúrgica e método terapêutico ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal; e material biológico não modificado que se encontre na natureza.

INVESTIGAÇÃO SEM FIM

Embora afeta ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a apuração das fraudes da Previdência saiu da esfera desta pasta e está sendo encaminhada pela Comissão Especial de Fiscalização e Controle da Previdência, criada para este fim e presidida pelo Secretário de Administração, João Santana, diretamente nomeado pelo Presidente Fernando Collor. A listagem de superaposentadorias, jamais recebidas pelos segurados aos quais se destinavam, levantada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já levou à prisão alguns integrantes de uma quadrilha de falsificadores de documentos para este fim. Ao mesmo tempo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga as fraudes divulgou extensa lista de empresas que devem rios de dinheiros aos cofres públicos.

ENTREVISTA

Annibal Fernandes

OLHANDO PARA ALÉM DAS FRAUDES

Na opinião do professor e advogado trabalhista Annibal Fernandes, membro do corpo técnico do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos sobre a Saúde do Trabalhador), paralelamente à cobrança de providências concretas na apuração efetiva das fraudes na Previdência Social e punição dos responsáveis, é fundamental a participação da sociedade civil organizada no acompanhamento do projeto do Executivo que regulamenta a Seguridade Social quanto a Benefícios e Custeio, recentemente enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Para ele, é imprescindível a ação conjunta de federações, sindicatos de trabalhadores e entidades de aposentados e pensionistas no sentido de obter apoio parlamentar para recuperar pontos que estavam nos projetos anteriores sobre Seguridade, objeto de vetos

presidenciais, que não foram contemplados na proposta do Governo.

– As fraudes, que não são novidade e sempre foram denunciadas pelas entidades classistas, devem ser efetivamente combatidas, sendo imprescindível, portanto, a ação permanente destas entidades que devem acompanhar de perto a atuação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Congresso, que investiga o assunto. Mas esta questão não pode servir de pretexto para subestimar a importância do projeto em tramitação – acentua o advogado.

Sobre o projeto do Executivo, Annibal Fernandes destaca pelo menos três problemas, "que não podem ficar sem solução": 1) não há revogação clara dos dispositivos referentes a maior e menor valor-teto de benefício; 2) na parte de acidente de trabalho, a proposta exclui o acidente de percurso (ocorrido entre o caminho de casa para o trabalho e vice-versa) e acaba com o auxílio de 20% referente a seqüelas de acidentes que não resultem na mudança de função; 3) aumenta o período de carência para aposentadoria e outros benefícios de cinco para 15 anos de contribuição previdenciária. "Tal proposta prejudica, principalmente, os trabalhadores rurais, que não têm contribuição e cuja carência começará a contar somente após a lei ser sancionada, transformando-os em beneficiários do ano 2.006, considerando a sanção da lei ainda este ano", concluiu.

APÓIE A CIÊNCIA NO BRASIL

ASSINE A REVISTA *CIÊNCIA HOJE*

☐ SIM. Desejo fazer uma assinatura (11 nºs) no valor de Cr$ 7.000,00 (não-sócios) ou Cr$ 5.710,00 (sócios SBPC) a partir do Nº _____

NOME _____ TELEFONES _____

ENDEREÇO _____ CEP _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

☐ SOU ASSINANTE ☐ FUI ASSINANTE ☐ NUNCA FUI ASSINANTE

☐ SIM. Desejo presentear um amigo com uma assinatura (11 nºs) no valor de Cr$ 7.000,00 (não-sócios) ou Cr$ 5.710,00 (sócios da SBPC).

NOME _____ TELEFONES _____

ENDEREÇO _____ CEP _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

PRESENTE DE _____

Preencha o cupom (frente e verso) e envie hoje mesmo para *CIÊNCIA HOJE*: av. Venceslau Brás, 71 — fundos — casa 27 — Cep 22230 — Rio de Janeiro — RJ.

MEDICAMENTOS

FIOCRUZ ROMPE DEPENDÊNCIA

O Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), acaba de desenvolver um método, pioneiro na América Latina, capaz de avaliar os efeitos tóxicos dos remédios antes que cheguem às prateleiras das farmácias. Ao romperem com esta dependência tecnológica, os pesquisadores da Fiocruz abrem possibilidade para o exercício de uma vigilância sanitária capaz de conter as atuais facilidades de laboratórios farmacêuticos multinacionais no lançamento de novos medicamentos, possibilitando que estas substâncias sejam testadas em animais antes de aprovadas para uso humano.

Segundo Francisco Paumgartten, chefe do Departamento de Toxicologia do INCQS, este novo método de análise toxicológica será aplicado agora para avaliar o nível de contaminação da população brasileira pela dioxina – considerada a molécula tóxica mais perigosa do mundo. A substância, que induz a formação de tumores cancerígenos, está presente nos agrotóxicos e na fumaça liberada por automóveis e incineradores de lixo.

A nova técnica também está ajudando a Fiocruz na avaliação dos efeitos tóxicos do metanol. Os riscos para a saúde causados pela exposição continuada ao produto ainda não são conhecidos (só os efeitos agudos já foram suficientemente estudados pela ciência) e segundo Paumgartten "o que diferencia um veneno de um medicamento é a dose", lembrando que esse estudo é importante porque o metanol está sendo usado como combustível em várias cidades brasileiras, como é o caso de São Paulo.

"BOI JOHNSON"

30% DO GADO RECEBE ANABOLIZANTE

A venda e uso de anabolizantes estão proibidas no País desde 1988. Apesar disso e embora o consumo de carne com anabolizantes possa provocar câncer generalizado no organismo humano, o produto continua sendo utilizado para acelerar o ganho de peso do gado na fase de engorda. A constatação de tal irregularidade levou o Ministério da Agricultura a interditar seis fazendas pecuárias em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas. O produto mais

usado é o **dyetilestibestrol** (DES), contrabandeado do Paraguai, cuja utilização é proibida em quase todo o mundo, sendo a Califórnia, nos Estados Unidos, a única exceção.

AGROTÓXICOS

EM 3 ANOS, 80 MIL CONTAMINADOS

Entre 1986 a 1989, um total de 81.599 pessoas no Brasil sofreram intoxicação de vários níveis pelo contato com agrotóxicos. Deste total, 801 morreram e um número não determinado contraiu câncer, pneumonia e impotência, entre outras doenças. O Brasil é um dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo e, segundo dados do Ministério da Saúde, de 1966 a 1981, a venda do produto no País cresceu 250%.

Estes dados foram apresentados em encontro sobre o uso de agrotóxico no Brasil e suas conseqüências no meio ambiente e na saúde humana, realizada em Brasília pelo Ministério da Saúde e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Durante os debates, o Ministro Alceni Guerra propôs que seja suspensa a comercialização no País de agrotóxicos que provocam danos irreversíveis.

QUAIS AS VANTAGENS DE ASSINAR *CIÊNCIA HOJE*?

1) Você fica por dentro e pode participar ativamente dos programas e lutas em defesa do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.
2) Você recebe sua revista em casa, confortavelmente.
3) Você não perde nenhuma edição, mesmo que a revista se esgote nas bancas.
4) Voce garante o preço por um ano. Os exemplares avulsos podem aumentar que você não paga nada a mais.

PARA VOCÊ QUE DESEJA COMPLETAR SUA COLEÇÃO DE *CIÊNCIA HOJE*

- Volumes encadernados: cada, Cr$ 7.000,00 (disponíveis: vol. 3 ao 11)
- Capa para encadernação: cada, Cr$ 1.500,00 (disponíveis: vol. 1 ao 11)
- Nos atrasados: cada, Cr$ 700,00. A partir de três (3) exemplares, desconto de 50% (nos disponíveis 8, 10 e 12 em diante).

ANOTE AQUI SEU PEDIDO: _____

_____

Envie seus pedidos hoje mesmo para *CIÊNCIA HOJE*
Cuidado, sr. assinante: para sua segurança não pague em dinheiro, só em cheque nominal à *CIÊNCIA HOJE* ou vale postal à agência Urca - Rio de Janeiro e exija do seu vendedor a credencial fornecida pela empresa.

Anexo envio cheque/vale postal _____ no total de Cr$ _____

LINHAS DIRETAS PARA ASSINATURAS (021) 270-0548 e 590-7592

CÓLERA

O PERIGO PERSISTE

O perigo iminente de um surto de cólera e a possibilidade da doença se tornar endêmica no Brasil, levantada pelo próprio Ministro da Saúde, Alceni Guerra, vem resultando numa série de medidas de prevenção à doença, que já matou quase mil pessoas, em dois meses, no Peru, e se espalhou pela Colômbia e Equador.

BANCO DE DADOS

AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

O Ministério da Saúde acaba de lançar uma cartilha sobre os métodos de prevenção do cólera, doença causada por um bacilo (o **Vibrium Cholerae**), presente nas fezes humanas, cujos principais sintomas são: diarréia profusa, vômitos ocasionais, desidratação, acidose e colapso perifério. Os cuidados mais importantes são a higiene pessoal, a limpeza dos alimentos e a qualidade da água consumida. Entre outras orientações, que inclui a procura de um posto de saúde imediatamente após o aparecimento de qualquer sintoma, a cartilha recomenda:

- Lave as mãos com água, sabão ou sabonete, antes

de preparar ou consumir alimentos, depois de defecar, após trocar as fraldas do bebê e antes de cuidar de pessoas idosas. Aumente suas medidas de higiene pessoal pois o cólera também é transmitido de pessoa para pessoa.
- Lave cuidadosamente as frutas antes de comê-las e prefira as que podem ser descascadas. Não coma peixes ou mariscos crus ou mal cozidos. Ferva os alimentos preparados há mais de seis horas antes do consumo e não coma alimentos vendidos na rua ou em locais de higiene duvidosa.
- Use água fervida e filtrada para beber, cozinhar, lavar alimentos, pratos e outros utensílios de cozinha. Não utilize em nenhuma hipótese água de riachos e rios poluídos, água suja para lavar o corpo, lavar alimentos ou beber.
- Elimine as fezes humanas em locais apropriados como casinhas, latrinas, sentinas, privadas, vasos sanitários ou fossas. Onde não houver estes meios, as fezes devem ser enterradas.

AIDS

PRISÃO REGISTRA 17% DE INFECTADOS

Pesquisa realizada na Casa de Detenção de São Paulo, solicitada pela Secretaria de Justiça, mostra que 17,3% dos 7.200 presos estão contaminados pelo vírus da Aids e muitos recebem as mulheres para "visitas íntimas", existindo um total de duas mil a 2.500 mulheres cadastradas neste programa. O resultado do estudo demonstrou que, além do perigo de proliferação da doença extra-muros do presídio, devido a estas visitas, existe um risco de contaminação interna cada vez maior, considerando as próprias condições carcerárias: a colocação de 10 a 18 homens numa mesma cela e a ocorrência de relações homossexuais.

Há também a possibilidade de contágio entre os viciados em drogas, uma vez que, mesmo reprimidas, elas circulam entre os detentos. Mesmo que a maconha tenha sido identificada como a droga mais popular entre os presos, existem os que utilizam a cocaína para cheirar ou injetas nas veias, diluída em água, e, na maioria dos casos, esta prática envolve seringas alugadas, considerando que elas são raras entre os presos.

Aplicando o teste Elisa (para detectar a presença de anticorpos ao vírus da Aids) em 2.460 amostras de sangue colhidas, e repetido o exame por três vezes numa amostra significativa da população estudada, os resultados mostraram que 17,3% são HIV-positivos, 80,3% são negativos e 2,4% dos exames foram inconclusivos.

VACINAÇÃO

BAIXOS ÍNDICES NO NORDESTE

O Ministro da Saúde, Alceni Guerra, determinou que os secretários estaduais de Saúde do Nordeste apurem os motivos dos baixos índices de vacinação infantil em vários municípios da região, para tomada de enérgicas providências. Só para se ter uma idéia, na última campanha de imunização, em março, o município alagoano de Campo Grande vacinou apenas 28 de suas 892 crianças menores de um ano contra difteria, coqueluche e tétano. Em Arapicara, também em Alagoas, apenas 3% da população de 5.472 menores de um ano foram vacinados.

Segundo o Programa Nacional de Imunização (PNI), dos mais de quatro mil municípios brasileiros, 37% obtiveram índices de vacinação entre 30% e 59%, enquanto mais de 29% ficaram entre 60% e 89%. A meta de 90% de cobertura vacinal foi obtida em 65,6% dos municípios.

HANSENÍASE

PRECONCEITO E DIAGNÓSTICO

O preconceito, a ignorância e a falta de preparo de parte considerável dos médicos para o diagnóstico precoce da doença são apontados pela presidente da Associação Brasileira de Hansenologia, Leontina Margarido Yedesco Marchese, como alguns dos fatores responsáveis pelo aumento do número de casos de hanseníase no País.

Revelando que 80% dos brasileiros são resistentes ao bacilo de Hansen (**Mycobacterium leprae**), responsável pela transmissão da doença, a médica Leontina Margarido denuncia o preconceito e a discriminação – "que acabam empurrando a maioria dos infectados para a clandestinidade, dificultando o combate à doença".

Cobrando mais empenho das universidades, Leontina – que é assistente do Departamento de Dermatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) – considera que o Brasil precisa formar médicos capazes de fazer o diagnóstico em qualquer consultório. Citando as manchas na pele como um dos sintomas, disse que os exames são simples e dispensam aparelhos de laboratório. São testes de sensibilidade superficial – térmico com um pouco de éter, doloroso com a ponta de uma agulha e tátil com uma mecha de algodão, explicou.

FIOCRUZ

saúde ambiental

RIO 92

FIOCRUZ SE PREPARA PARA A ECO-92

A 2ª Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) já começou na Fiocruz. A ONU e a Prefeitura do Rio de Janeiro – organizadora local do evento – incluíram a Fundação como participante oficial da Conferência e seus vários departamentos internos estão sendo convocados para discutir a pauta que se liga diretamente a seu trabalho: a saúde ambiental.

Coordenado pelo Vice-Presidente de Qualidade e Meio Ambiente, Fernando Pires, o Grupo Executivo Rio-92 da Fiocruz está trabalhando na organização de vários eventos durante este ano e em 1992, que servirão de preparação para a Eco, de forma a fazer com que os departamentos de biologia, saneamento, medicina tropical, entomologia, malacologia, virologia, fisiologia e farmacodinâmica, controle de qualidade, saúde do trabalhador, ecologia humana, grandes endemias e outros elaborem trabalhos, discutam e participem das discussões.

– A Fiocruz é uma sede natural para debates relativos à saúde ambiental por sua tradição histórica e atuação científica voltadas para a ecologia, afirma Fernando Pires.

Para elaborar um documento o mais amplo possível sobre saúde ambiental, com um diagnóstico e apresentação de propostas a serem levadas pelo Governo brasileiro à Eco-92, o Grupo Executivo dividiu o tema em dois grandes blocos: ecologia de vetores e toxicologia. Nestes setores, a Fiocruz possui larga experiência, sendo um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde.

A realização do Congresso de Malária em agosto próximo já servirá como fórum de apresentação de trabalhos e discussão das propostas a serem encaminhadas à Eco-92. Além deste, a Fundação pretende preparar outros congressos e seminários, com o objetivo de aprofundar cada tema. Em abril de 1992, deverá se realizar um grande congresso de caráter internacional sobre ecologia de vetores e toxicologia, com o objetivo de consolidar o documento brasileiro a ser encaminhado à Conferência.

O Prefeito do Rio, Marcelo Alencar, visitou o **campus** da Fiocruz, em Manguinhos, e já aprovou quatro de seus nove auditórios.

Ao frisar que o documento a ser elaborado deverá ter um caráter estritamente técnico, o Vice-Presidente de Qualidade e Meio Ambiente da Fiocruz esclarece a dinâmica das discussões:

– A Presidência da Fundação irá convidar especialistas em malária, esquistossomose, doença de Chagas, leishmaniose, filariose, dengue, febre amarela, peste, doenças transmitidas por carrapatos, assim como pesquisadores e profissionais cujo trabalho esteja relacionado aos agravos na saúde e ambiente resultantes dos modelos de produção e desenvolvimento. Eles vão elaborar documentos individuais, que irão servir de base para que grupos temáticos formados por eles próprios elaborem um diagnóstico único com propostas para cada área de conhecimento, com a finalidade de formatar um documento final a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, concluiu Fernando Pires.

E mais:

- O **Rio Convention Bureau** recebeu a primeira lista das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que confirmaram presença na Eco-92. São 134 instituições de 26 países. Até o ano que vem, espera-se a confirmação da presença de aproximadamente 500 organizações deste tipo.
- Cerca de 150 pessoas representando dezenas de entidades ambientalistas brasileiras se reuniram em São Paulo no 4º Encontro do Fórum das Organizações Não-Governamentais, preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que ocorrerá paralelamente à Eco-92. No final do fórum, prevaleceu a decisão de não se debruçar sobre temas fechados como a camada de ozônio mas sim a política ambiental dentro das condições econômicas e de desenvolvimento de cada país.
- A Prefeitura do Rio vai montar uma Central de Informações na Fundição Progresso, no Centro da Cidade, para interligar todas as ONGs do Mundo que estarão participando da Eco-92. O projeto foi apresentado a 52 cônsules de países que participarão da Conferência.
- O Grupo de Defesa da Natureza (GDN) entidade com sede em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, pretende marcar presença na Eco-92 convidando representantes de vários países para irem ao município participar de eventos que discutam a questão ambiental da Baixada.
- Um Congresso Intertribal reunindo mais de mil índios dos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Bolívia e outros países será um dos principais eventos paralelos à Eco-92. Eles vão debater temas comuns como proteção à cultura indígena, demarcação de terras e saúde.
- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) proibiu a fabricação de oito inseticidas considerados de "elevado potencial de periculosidade", entre eles o Aldrin (da Shell).